



## A RELAÇÃO HUMANO-NATUREZA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MANOEL CIRIACO DOS SANTOS: RACISMO AMBIENTAL E POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

*Hallyson Antonio Lima dos Santos<sup>1</sup>*

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais,  
Toledo, PR, Brasil.*

*Francy Rodrigues da Guia Nyamien<sup>2</sup>*

*Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas e Sociais,  
Toledo, PR, Brasil.*

**Resumo:** A presente pesquisa busca analisar como se constitui a relação humano-natureza na Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, localizada em Maracaju dos Gaúchos, Guaíra (PR), partindo da hipótese de que a prática de monocultivo das propriedades que delimitam a comunidade, ocasiona um prejuízo ambiental, deixando seus integrantes, expostos ao fenômeno do racismo ambiental. Através do método qualitativo, a abordagem utilizada consiste em análise bibliográfica de autores como Dandara Ribeiro (2018), e na realização de duas entrevistas remotas com integrantes da comunidade, uma semiestruturada e outra aberta. Pode-se observar que a relação humano-natureza estabelecida no âmbito da comunidade intersecciona os seguintes fatores: ecológico, político, econômico, social e espiritual.

**Palavras-Chave:** quilombo; humano-natureza; racismo ambiental; agroecologia; conflitos.

### THE HUMAN-NATURE RELATIONSHIP IN THE MANOEL CIRIACO DOS SANTOS QUILOMBOLA COMMUNITY: ENVIRONMENTAL RACISM AND POSSIBILITIES OF RESISTANCE

**Abstract:** This research seeks to analyze how the human-nature relationship is constituted in the Manoel Ciríaco dos Santos Quilombola Community, located in Maracaju dos Gaúchos, Guaíra (PR), based on the hypothesis that the practice of

---

<sup>1</sup> Professor na rede estadual de ensino do Paraná, possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, 2020). Desenvolve pesquisas na área da Antropologia com ênfase nos temas: identidade negra e racismo ambiental. E-mail: [hallysonlima2@gmail.com](mailto:hallysonlima2@gmail.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2267-2225>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2016). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus Toledo. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ciências Ambientais atua na linha de pesquisa: dinâmicas socioambientais e educativas. E-mail: [francy\\_gui@hotmai.com](mailto:francy_gui@hotmai.com) ; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0866-1060>



monoculture of properties that delimit the community, it causes environmental damage, leaving its members exposed to the phenomenon of environmental racism. Through the qualitative method, the approach used consists of bibliographic analysis by authors such as Dandara Ribeiro (2018), and the realization of two remote interviews with community members, one semi-structured and the other open. It can be observed that the human-nature relationship established within the community intersects the following factors: ecological, political, economic, social and spiritual.

**Keywords:** quilombo; human-nature; environmental racism; agroecology; conflicts.

### LA RELACIÓN HUMANO-NATURALEZA EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA MANOEL CIRIACO DOS SANTOS: RACISMO AMBIENTAL Y POSIBILIDADES DE RESISTENCIA

**Resumen:** Esta investigación busca analizar cómo se constituye la relación humano-naturaleza en la Comunidad Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos, ubicada en Maracaju dos Gaúchos, Guaíra (PR), a partir de la hipótesis de que la práctica del monocultivo de propiedades que delimitan la comunidad, causa daño ambiental, dejando a sus miembros expuestos al fenómeno del racismo ambiental. A través del método cualitativo, el enfoque utilizado consiste en el análisis bibliográfico de autores como Dandara Ribeiro (2018), y la realización de dos entrevistas a distancia con miembros de la comunidad, una semiestructurada y otra abierta. Se puede observar que la relación humano-naturaleza que se establece dentro de la comunidad se cruza con los siguientes factores: ecológicos, políticos, económicos, sociales y espirituales.

**Palabras-clave:** quilombo; humano-naturaleza; racismo ambiental; agroecología; conflictos.

### LA RELATION HOMME-NATURE DANS LA COMMUNAUTÉ MANOEL CIRIACO DOS SANTOS QUILOMBOLA: RACISME ENVIRONNEMENTAL ET POSSIBILITÉS DE RÉSISTANCE

**Résumé:** Cette recherche cherche à analyser comment se constitue la relation homme-nature dans la communauté Manoel Ciriaco dos Santos Quilombola, située à Maracaju dos Gaúchos, Guaíra (PR), en partant de l'hypothèse que la pratique de la monoculture des propriétés qui délimitent la communauté, il cause des dommages environnementaux, laissant ses membres exposés au phénomène du racisme environnemental. A travers la méthode qualitative, l'approche utilisée consiste en une analyse bibliographique par des auteurs tels que Dandara Ribeiro (2018), et la réalisation de deux entretiens à distance avec des membres de la communauté, l'un semi-structuré et l'autre ouvert. On peut observer que la relation homme-nature établie au sein de la communauté croise les facteurs suivants: écologiques, politiques, économiques, sociaux et spirituels.

**Mots-clés:** quilombo; homme-nature; racisme environnemental; agroécologie; conflits.

## INTRODUÇÃO



Decorrente de um processo que maculou a história desse país, os quilombos constituíram-se como um espaço de resistência no passado, e assim permanecem ainda hoje, na medida em que ao negro não está assegurada a plenitude de seus direitos sociais e civis.

Essas comunidades representam espaços de construção de identidades onde o território apresenta-se como um dos principais marcadores, de modo que, o trabalho na terra e o uso dos recursos naturais atrelados ao conhecimento tradicional, constituem uma identidade territorial (VILELA; CAMPOS, 2014). Tendo em vista esse aspecto, a presente pesquisa busca analisar como se constitui a relação humano-natureza na Comunidade Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, localizada em Maracaju dos Gaúchos, Guaíra (PR). Parte-se da hipótese de que a prática de monocultivo das propriedades que delimitam a comunidade, ocasiona um prejuízo ambiental para esta última, estando seus integrantes, dessa forma, expostos ao fenômeno do racismo ambiental.

O modo como diferentes grupos percebem a natureza e interagem com ela certamente impõe desafios à compreensão da relação homem-natureza. Nesse sentido, alguns dos objetivos são, para além de compreender como se desenvolve a relação homem-natureza na comunidade, entender como a identidade desses sujeitos está condicionada a essa relação; avaliar como essa relação marca os aspectos econômico, territorial e político; verificar se há um vínculo com a noção de ancestralidade e em que medida influencia a relação desse grupo com a natureza; e, verificar se há exposição aos impactos ambientais negativos e como reagem a eles.

Nesta pesquisa, o método qualitativo se mostrou o caminho mais adequado para a coleta de dados. A abordagem utilizada consistiu na análise bibliográfica de produções atinentes ao tema e na realização de duas entrevistas remotas, ambas por meio da plataforma digital WhatsApp. A primeira entrevista ocorreu em 22 de maio de 2021, com o líder político da comunidade, Adir Rodrigues dos Santos, e a segunda entrevista ocorreu em 19 de agosto de 2021, com a sobrinha de Adir, Jaqueline Aparecida dos Santos. Considerando o contexto pandêmico e a realização de visitas a comunidade, anteriores a esse período, que possibilitaram o registro fotográfico de determinados espaços da comunidade, a alternativa de entrevista remota surge como uma metodologia de pesquisa viável tanto à elaboração de dados quanto à salvaguarda dos sujeitos envolvidos.



A territorialidade recebe um significado bastante específico no contexto das comunidades quilombolas. Esse modo de ser estar e conviver, que diverge da lógica ocidental do consumismo desenfreado, pode ser levado em conta ao pensarmos políticas públicas afirmativas, voltadas para essa população e, assim sendo, este trabalho caminha no sentido de auxiliar na elaboração (e reformulação) destas políticas, sobretudo se considerarmos que “[...] geralmente, os espaços relativos a essas pessoas são os ‘não-lugares’, as ‘não-cidades’ e diversas negações possíveis” (LACERDA; SILVA, 2016, p. 244). Este trabalho se justifica também na possibilidade de fomentarmos o debate sobre a temática, bem como na importância de ampliarmos o acervo de documentos acerca da comunidade estudada.

Para além disso, a temática do socioambientalismo abre espaço para refletirmos sobre as possíveis formas de ver e se relacionar com a natureza, repensando assim a forma como produzimos, o que consumimos e o que oferecemos em troca.

## **1 – COMUNIDADE QUILOMBOLA MANOEL CIRIACO DOS SANTOS**

A Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos está localizada em Maracaju dos Gaúchos, distrito do município de Guaíra-PR que, por sua vez, se localiza na região Oeste do estado, na fronteira entre Brasil e Paraguai.

A comunidade carrega esse nome em homenagem ao pai dos irmãos Adir, João e Joaquim que hoje vivem no território com suas famílias. Foi Manoel que, ao lado de sua esposa Ana Rodrigues e de alguns filhos, no final da década de 1950, iniciou um processo de deslocamento da cidade de Santo Antônio do Itambé, localizado no estado de Minas Gerais, rumo à cidade de Caiabu, localizada no estado de São Paulo, próximo ao Município de Presidente Prudente, onde já residiam alguns parentes. Em Caiabu, trabalharam na colheita de algodão e amendoim por um tempo até se deslocarem novamente, dessa vez, rumo à Guaíra, no Paraná (RIBEIRO, 2018).

Conforme Ribeiro (2018), este último deslocamento foi motivado pelo sonho de conseguir uma terra que lhes pertencesse, na qual pudessem viver e trabalhar. A possibilidade de realização desse sonho se materializou através do “[...] loteamento rural de iniciativa da Sociedade Agropecuária Industrial e Comercial Maracaju LTDA, que tinha sede em Caxias do Sul. Este loteamento é atualmente denominado como bairro rural ‘Maracaju dos Gaúchos’” (Ibid, p. 29).



Com o passar dos anos, tanto o casal fundador quanto alguns de seus filhos vieram a falecer, de modo que três irmãos atualmente vivem em Presidente Prudente – SP (Jovelina Ciriaco Gomes, João Lorianos dos Santos e Olegário da Silva) e quatro vivem em Guaíra – PR. Dos irmãos que vivem em Guaíra, apenas Geralda reside na área urbana do município, os demais permaneceram no sítio e, ao lado de seus familiares, trabalham na agricultura familiar, cultivando alimentos e criando pequenos animais. Atualmente, vinte e quatro pessoas residem na comunidade, num total de dez famílias e, destes, cinco integrantes trabalham fora da comunidade.

Como aponta Ribeiro (2018), dentre outros elementos, a trajetória de movimento desse grupo e seu vínculo com a origem mineira, mantido pela memória coletiva através da oralidade, serão decisivos para seu autorreconhecimento como sujeitos portadores de direitos coletivos e, conseqüentemente, para sua iniciativa de dar início ao processo de reconhecimento, delimitação e demarcação de seu território junto ao INCRA. Entretanto, esse processo acabou desencadeando uma série de conflitos.

### 1.1 – RELATÓRIOS ANTROPOLÓGICOS E CONFLITOS

O meu primeiro contato com a Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos ocorreu no ano de 2018. À época, meu interesse era compreender como as crianças da comunidade se relacionavam com a ideia de uma identidade quilombola, contudo, após uma conversa informal com Adir, filho de Manoel Ciriaco dos Santos e Ana Rodrigues dos Santos, descobrimos que grande parte das famílias com crianças mudaram-se da comunidade para a região urbana de Guaíra a procura de emprego e melhores condições de vida. Em grande medida, os desdobramentos do processo de titulação do território da comunidade, iniciado em 2008, sobretudo, a anulação do primeiro relatório antropológico, publicado em 2010, foram fatores decisivos para o deslocamento dessas famílias, uma vez que passaram a lidar com o desemprego, perda de mobilidade e ameaças às suas vidas.

A luta pela demarcação e titulação do território se inicia a partir da visita da professora de História da rede pública de ensino e militante do movimento negro, Clemilda Santiago Neto, durante as atividades do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (GTCM) (RIBEIRO, 2018). Por nunca terem cogitado a possibilidade de se identificarem como quilombolas e pleitearem acesso aos programas instituídos em favor dos Povos e



Comunidades Tradicionais (PCT's), a princípio, os integrantes se mostraram receosos, temendo que suas terras lhes fossem retiradas (HOFFMANN, 2012; SILVA, 2015; RIBEIRO, 2018), entretanto, após ser convencido, Zé Maria<sup>3</sup>, que na época representava a liderança da comunidade, decidiu assinar os documentos para a elaboração da Certidão de Autorreconhecimento, expedida na data de 02 de outubro de 2006. Logo em seguida, em 10 de fevereiro de 2007, criaram a Associação Comunidade Negra Manoel Ciriaco dos Santos (ACONEMA) (HOFFMANN, 2012; RIBEIRO, 2018).

De acordo com o parecer técnico do INCRA (2010) sobre o primeiro relatório antropológico, foi firmado um convênio, em dezembro de 2008, entre o INCRA e a Unioeste para a elaboração do documento. Os trabalhos, iniciados em março de 2009 e encerrados em abril de 2010, tiveram como coordenador o professor antropólogo Antonio Pimentel Pontes Filho e como pesquisador auxiliar o professor antropólogo Roberto Biscoli, além de contar com a participação de mais quatro estagiárias.

Em todas as oportunidades de diálogo com os membros da comunidade, bem como, com outros sujeitos relacionados a ela, me foram relatadas as várias situações de conflitos deflagrados, desde o início da elaboração do relatório antropológico, com os proprietários rurais que temiam perder suas terras. Tanto o parecer técnico do INCRA como a bibliografia produzida sobre a comunidade abordam esses conflitos, fato que evidencia a profundidade das marcas deixadas pela violência dos acontecimentos, uma violência que passou a constituir a História da comunidade e é contada a todos que se dispuserem a ouvir.

Conforme Hoffmann (2012, p. 75), “em 08 de julho de 2011, o Ministério Público Federal de Umuarama entrou com processo contra sete agricultores da região de Maracaju dos Gaúchos, denunciando-os pelo sequestro de dois funcionários do INCRA [...]”. Embora a ação do MPF seja de 2011, o fato ocorreu na data de 30 de setembro de 2009; na ocasião, os funcionários dirigiam-se para a comunidade, pela manhã, afim de realizar levantamentos agroambientais para compor o primeiro laudo antropológico, quando se depararam com uma barreira de veículos formada pelos agricultores. Além de terem ficado ali por cerca de cinco horas, “os agricultores teriam ameaçado jogar fogo no carro dos funcionários do Incra, caso retornassem” (IBID, p. 76).

---

<sup>3</sup> José Maria, filho do segundo casamento de Manoel Ciriaco dos Santos com Ana Rodrigues dos Santos e irmão mais velho dos que vivem na comunidade, faleceu, no ano de 2009, em meio aos conflitos com os vizinhos.



Em outro episódio, o líder da comunidade, Adir, encontrou um caixão em miniatura com uma cruz na qual constava seu nome gravado e a suposta data de sua morte, 13/01/2010 (HOFFMANN, 2012; SILVA, 2015; RIBEIRO, 2018). Neste caso, Ribeiro (2018) atenta para o caráter religioso na construção da ameaça, pois, junto ao caixão também fora encontrado uma galinha morta, vela e pinga.

[...] ameaça com referência explícita à religiosidade afro-brasileira do grupo vinculada à Umbanda. Adir me contou como foi até o lugar e jogou sal grosso em cima do trabalho para se proteger. O jornal local noticiou o ocorrido, trazendo a fala de Adir em resposta “Conhecemos essa arte, termos irmãos que frequentaram a Mesa Branca, a pessoa que fez isso não sabe com quem está brincando” (RIBEIRO, 2018, p. 199-200).

Conforme o parecer técnico do INCRA, “[...] não há qualquer menção dos eventos acima descritos nem do processo de conflito e das mudanças das relações entre as duas comunidades no relatório antropológico” (INCRA, 2010, p. 6), fato que contribuiu para a não aprovação do relatório. Outros elementos foram a identificação de falhas metodológicas no que diz respeito à verificação dos dados apresentados e a descaracterização identitária do grupo, uma vez que a equipe afirmou não existir referências a uma ancestralidade negra, de modo que não se tratava ali de uma comunidade quilombola e sim de um grupo familiar de trabalhadores rurais.

Para além de não figurar entre as competências do antropólogo, ou mesmo do INCRA e da Fundação Cultural Palmares, determinar a identidade de um grupo, constata-se que a interpretação dos pesquisadores desconsidera o princípio da autodefinição preconizado pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o vínculo dos integrantes da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos com a Umbanda e a importância que estes atribuem à memória coletiva. Neste caso, “o sentimento de um pertencimento comum embasa a autoidentificação e a mobilização do grupo pelo reconhecimento como quilombolas” (RIBEIRO, 2018, p. 58).

Diante da anulação desse relatório antropológico pelo INCRA, um segundo foi realizado por meio de contrato com a empresa Terra Ambiental que venceu o processo licitatório. Esse relatório, produzido em 2012 e coordenado pelo antropólogo Paulo R. Homem de Góes, contou com a pesquisa de campo do historiador Cassius Cruz, realizada em Minas Gerais e que possibilitou estabelecer um vínculo entre a narrativa da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos e a comunidade de Vila Nova (Serro – MG) (Ibid, p. 210).



A anulação do primeiro relatório antropológico atrasou em mais de dez anos o processo de delimitação e demarcação territorial da comunidade que atualmente encontra-se em fase de contestação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Como consequência, os integrantes da comunidade perderam oportunidades de emprego nas lavouras vizinhas e algumas famílias que residiam na comunidade tiveram que migrar para a parte urbana de Guaíra e para outros municípios em busca de emprego e melhores condições.

No entanto, os conflitos com os produtores rurais vizinhos não se restringem a esse processo. Pude perceber que os membros da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos têm lidado com problemas relacionados à produção agrícola dos vizinhos que afetam diretamente a produção de alimentos e organização socioespacial do grupo, tanto antes de iniciarem o processo quanto agora.

## **2 - A RELAÇÃO HUMANO-NATUREZA: A COMUNIDADE EM FACE DO RACISMO AMBIENTAL**

Meu retorno à Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos ocorreu em 08 de junho de 2019, na ocasião, Adir, acompanhado de seu irmão João Aparecido e da sobrinha Jaqueline Aparecida dos Santos, narrou todo o processo de elaboração dos relatórios antropológicos e os conflitos advindos do primeiro e, dessa vez, incluiu em sua narrativa a experiência de visitar os municípios de Serro e Santo Antônio do Itambé – MG, em 2015; uma possibilidade que se apresentou no contexto da pesquisa desenvolvida por Dandara dos Santos Damas Ribeiro (2018), estabelecendo uma trajetória de deslocamento para conhecer as origens do grupo.

É neste segundo contato, em decorrência tanto do exposto por Adir e familiares quanto das observações do espaço físico, que surge o anseio de compreender como se estabelece, no bojo da comunidade, isso que chamo de relação humano-natureza, ou seja, como se dá o trabalho na terra, em que medida consideram os impactos ambientais na tomada de decisões, a percepção que o grupo possui do espaço no qual está inserido. Durante as observações da comunidade, fiquei especialmente intrigado com a “barreira verde” que cultivavam ao redor de sua horta e isso me levou a refletir se a comunidade poderia estar exposta ao racismo ambiental, definido por Herculano (2006, p. 11) como:



[...] conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais

Em conversa com Adir, este afirmou não haver conflitos entre os membros da comunidade quilombola e que todas as decisões são tomadas coletivamente, um indicativo de que a organização social ali gira em torno dos interesses e do cuidado de todos. Essa mesma lógica também se aplica à percepção que têm de território que, na medida em que se estabelece como propriedade coletiva, esperam poder habitar na companhia de todos os membros que, em tempos idos, saíram dali. Isso gera uma noção mais ampla de territorialidade, pois, “[...] há uma visão sobre os vínculos de pertencimento ao grupo que se abre por esta rede de parentes (que estão fora do território e que podem retornar com o processo de titulação)” (RIBEIRO, 2018, p. 225).

Interessante ressaltar que, em muitos casos, as comunidades quilombolas representam espaços de construção de identidades onde o território é um dos principais marcadores, de modo que, o trabalho na terra, e o uso dos recursos naturais atrelados ao conhecimento tradicional, constituem uma identidade territorial (VILELA; CAMPOS, 2014). Contudo, não necessariamente a identidade quilombola se restringe a ele, pois, se por um lado o território proporciona condições de permanência e de conservação das referências simbólicas, por outro, os quilombolas não dependem exclusivamente dele para existirem, podendo se manterem como grupo ainda que vivam em outros espaços, ou mesmo que estejam divididos (FELIPE, 2015).

Desde a última vez em que estive na comunidade, em 2019, mudanças ocorreram. Por meio de uma parceria com um empresário de Umuarama, a comunidade agora conta com o auxílio de painéis solares na irrigação das hortas. Além da lavoura – onde cultivam alho, milho, mandioca, pimenta, hortaliças e outros alimentos – e da criação de porcos e galinhas, também passaram a trabalhar com a criação de peixes em tanques escavados. Atualmente há três tanques na comunidade e apenas um está abastecido com peixes, próximo a esse tanque há uma pequena construção de alvenaria que abriga uma bomba de irrigação que, através de canos inseridos dentro do tanque, puxa a água utilizada para irrigar as hortas.

Figuras, tabelas e gráficos devem ter nome e numeração, bem como fonte, como por exemplo:

**Figura 1** - Fotografia de painéis solares fotovoltaicos



Fonte: SANTOS, Jaqueline Aparecida dos, 2021.

**Figura 2** – Fotografia de tanque de terra para piscicultura



Fonte: SANTOS, Jaqueline Aparecida dos, 2021.

A comunidade faz parte do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de “compra com doação simultânea”. O programa, que é executado por



estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), tem a finalidade de apoiar e incentivar a agricultura familiar através da compra de alimentos do pequeno agricultor e repasse às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Os alimentos produzidos são distribuídos às comunidades indígenas das cidades de Guaíra e Terra Roxa, à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), escolas, e outras instituições; e, conforme relatou Adir, o que produzem atualmente, por vezes, não é o bastante para suprir a demanda. Com efeito, tem-se aqui um exemplo prático de como a conquista de seu território e consequente retorno dos membros migrantes pode afetar positivamente a economia do grupo.

A distribuição desses alimentos foi impactada pela pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19). Adir relatou momentos de dificuldade pelos quais passaram diante da falta de informação, falou-nos do medo de ir para a cidade, sobretudo nos momentos de maior contágio, medo que só diminuiu com a chegada da tão aguardada vacina que, para eles, chegou ao final do mês de março de 2021.

Embora a Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos disponha de acesso ao sistema público de saúde, à água encanada e condições favoráveis de saneamento, o significativo impacto da pandemia em sua renda a colocou em consonância com a realidade verificada em âmbito nacional. Em meio a essa crise sanitária, a vulnerabilidade de povos e comunidades tradicionais se acentua na medida em que muitas famílias não dispõem de acesso com facilidade à água, à equipamentos de proteção individual (EPI's) como máscaras, ou à testes para identificar a presença do vírus.

Frente ao impacto na saúde e economia dos quilombolas e à falta de assistência dos governos para controle da pandemia nesses territórios, em setembro de 2020, a CONAQ, com o apoio de organizações da sociedade civil e de alguns partidos políticos, protocolou, no Supremo Tribunal Federal (STF), uma Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental (ADPF), de número 742/2020. A ADPF 742/2020, deferida pelo Plenário da Corte, determinou que o Governo Federal elaborasse um Plano Nacional de Enfrentamento à pandemia de Coronavírus no espaço das comunidades quilombolas (FLAESCHEN, 2021).

No que tange o preparo da terra para o plantio, os membros da comunidade realizam um “rodízio” para que possa haver um período de recuperação da terra utilizada, dessa forma, na terra que acaba de ser colhida, é feito o plantio de aveia para fornecer os



nutrientes necessários enquanto os alimentos são cultivados em outra parte do terreno. Quando questionado se eles contavam com a presença de algum profissional da área das ciências agrárias e afins que os ajudasse, Adir informou que contam com o auxílio da EMATER<sup>4</sup> e que há alguns anos, por meio da empresa hidroelétrica Itaipú Binacional, tiveram a ajuda de um profissional que lhes possibilitou o acesso a técnicas de cultivo vinculadas à agroecologia, de modo que hoje a comunidade busca utilizar o “mínimo possível” de fertilizantes minerais em suas plantações, dando preferência ao uso de compostagem e esterco para garantir a qualidade dos alimentos.

A partir da década de 1960, a chamada “Revolução Verde” estimulou o uso de tecnologias industriais, de sementes geneticamente modificadas e agrotóxicos, levando à disseminação de monoculturas geneticamente homogêneas que “[...] reduzem a biodiversidade dos agroecossistemas, diminuindo a sua estabilidade e tornando-os especialmente vulneráveis aos ataques de pragas e doenças, assim como à perda de fertilidade dos solos” (SAMBUICHI et al., 2017, p. 12). Nesse contexto, Sousa (2017, p. 633-634) afirma que

Na década de 1970, tiveram início várias críticas à perspectiva de formação baseada na modernização da agricultura, impulsionadas pelos impactos negativos que ocorreram em áreas rurais, especialmente do ponto de vista do uso indiscriminado de agrotóxicos e o êxodo rural causado pelo aprofundamento da estrutura agrária concentradora e desigual. A esse respeito, iniciaram-se dois movimentos quase paralelos. Por um lado, os camponeses, expulsos de suas organizações nacionais, devido à ação dos militares, buscaram novas formas de articulação coletiva e encontraram nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) — um campo mais progressista da Igreja Católica — uma oportunidade para a reorganização política, social e metodológica. Por outro lado, técnicos da extensão rural, intelectuais das ciências agrárias e sociais e estudantes iniciaram um movimento de reflexão sobre o impacto da modernização e começaram a discutir tecnologias alternativas para os camponeses.

A agroecologia surge, portanto, como uma ciência que utiliza os conceitos e princípios ecológicos para o estudo e gestão dos sistemas agrícolas, almejando o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (SAMBUICHI et al., 2017). Na medida em que rompem com o modelo de agricultura difundido pela Revolução Verde, as práticas de cultivo, manejo e conservação do solo ligadas a agroecologia demonstram

---

<sup>4</sup> O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater foi criado pela Lei 20.121/19, a partir da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar). (Disponível em: <<http://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Apresentacao>>. Acesso em: 30 jun. de 2021)



o comprometimento da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos com uma forma mais consciente de produzir alimentos saudáveis, muito em decorrência do entendimento de que também estão colocando esses alimentos em seus pratos, mas, sobretudo, de que “a natureza é tudo pra nós”, como nos disse Adir.

A agroecologia surge, portanto, como uma ciência que utiliza os conceitos e princípios ecológicos para o estudo e gestão dos sistemas agrícolas, almejando o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (SAMBUICHI *et. al.*, 2017). Na medida em que rompem com o modelo de agricultura difundido pela Revolução Verde, as práticas de cultivo, manejo e conservação do solo ligadas a agroecologia demonstram o comprometimento da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos com uma forma mais consciente de produzir alimentos saudáveis, muito em decorrência do entendimento de que também estão colocando esses alimentos em seus pratos, mas, sobretudo, de que “a natureza é tudo pra nós”, como nos disse Adir.

A noção de natureza como espaço essencial para a permanência do grupo se vincula à presença de saberes tradicionais, isto é, “um conjunto de saberes e práticas desenvolvidas pelas populações locais de forma empírica, não padronizado, dinâmico e cumulativo, constituído em anos de experiência e por muitas gerações [...]” (CARMO, 2016, p. 55). Esses saberes reforçam o legado histórico-social dos povos remanescentes e possuem fundamental influência nas percepções desses sujeitos sobre o meio em que vivem, na sua sociabilidade, intercâmbios culturais, bem como na sua sobrevivência econômica, política e social (IBID, p. 55).

Nesse contexto, tendo recebido ensinamentos dos mais velhos, Adir e os irmãos buscam repassar esses ensinamentos ao mais jovens por meio da oralidade. Todavia, em conversa com Jaqueline, foi relatado uma certa indisposição de alguns jovens em aprenderem esses ensinamentos, uma vez que, “a gente tem que sentar e conversar e nem todo mundo tem a paciência de sentar e conversar pra querer saber. Acha que é tudo fácil não sabe de onde que veio o sacrifício, como conseguiu”. Apesar disso, é possível identificar esforços no sentido contrário, como o de Jaqueline que em sua pesquisa de mestrado, desenvolvida com as mulheres da comunidade, analisa “os saberes das mulheres negras quilombolas”, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade.

Eu sou muito curiosa, assim, pra tá querendo saber, sabe, mais da minha família, mais da cultura nossa, assim, da nossa comunidade. E... sempre tô junto com os mais velhos, perguntando, fazendo questionamento e também tenho uma tia [...]



que é a minha tia que tem... que mora com essa outra tia minha (Geralda), que ela tem noventa e poucos anos. E ela tem muitos saberes com ela. Nem tudo ela conta, mas, algumas coisas ela vai ter que me contar (**Jaqueline Aparecida dos Santos**)

Novamente os saberes tradicionais do grupo são acionados no cultivo e uso de ervas medicinais que auxiliam no combate a algumas doenças de ordem, tanto física, quanto espiritual. Para além da perpetuação de uma memória coletiva, o uso dessas ervas se atrela à ancestralidade e religiosidade do grupo que, tendo laços com a Igreja Católica e a Umbanda, é marcado pela presença de familiares<sup>5</sup> com dons mediúnicos, de adivinhação e benzimento (RIBEIRO, 2018). Analisando os vínculos religiosos da Comunidade Manoel Ciriaco dos Santos, a autora assevera que

[...] os remédios eram predominantemente caseiros, produzidos a partir da própria mata, como as garrafadas, os chás, o uso terapêutico de uma diversidade de plantas medicinais. A restauração da saúde, neste contexto, é permeada por uma concepção ampla que não se restringe a males com origens físicas, mas perpassam uma série de ameaças místicas como o mau-olhado, o quebrante até a feitiçaria, que só podem ser revertidos por meio de benzeções, simpatias, curas recebidas espiritualmente, ou no caso do feitiço, com ações de defesa que anulem seus efeitos (IBID, p. 119).

Embora parte das plantas cultivadas na comunidade sirvam para consumo interno, também são distribuídas àqueles que chegam à procura. É curioso notar, a partir do relato de Adir, como algumas das pessoas que estiveram envolvidas, anos atrás, nos conflitos acima narrados, hoje reestabeleceram o contato com os membros da comunidade para adquirir alimentos, ervas medicinais ou mesmo para conversar. Sobre essa relação com os vizinhos, Adir contou-nos que ficou marcada pela lembrança da dor e sofrimento que passaram, mas que, embora não se esqueçam dessas agruras, não guardam rancor, pois, “muitos deles hoje já nem tá mais aqui, né, já se foram” expressando, com isso, maior interesse no futuro da comunidade e no que podem conquistar daqui em diante.

Sobre os planos para o futuro, Jaqueline contou-me do desejo que têm de construir uma “cozinha comunitária”, através da qual pretendem preparar outros tipos de alimentos para a comercialização.

Com essa cozinha, nós esperamos ter geração de renda, né, pro jovem não precisar tá saindo da comunidade atrás de emprego. E, com essa cozinha, também, a gente vai tá vendendo as coisa que a gente produz [...]. E o que a gente pensa pro futuro é a gente ter o nosso próprio negócio, né, ter a nossa própria

---

<sup>5</sup> Alguns já falecidos com os irmãos de Adir, Zé Maria e Antônio, e sua mãe, Ana Rodrigues, mas outros ainda vivos com sua irmã, Geralda.



geração de renda. Chega, né... eu não cheguei a trabalhar pros outros aqui, latifundiários, mas, minha família trabalhou bastante e, agora, a gente quer o que é nosso, né. Nós ter nosso espacinho, não ficar dependendo de ninguém  
**(Jaqueline Aparecida dos Santos)**

Outra prática desenvolvida na comunidade e que perpassa essa relação com os vizinhos é o, já citado, cultivo de uma barreira verde ao redor de sua horta. Essa barreira consiste em uma plantação de capim com pouco mais de dois metros de altura que visa impedir que o agrotóxico utilizado nas lavouras vizinhas chegue à plantação da comunidade. Com frequência, os vizinhos fazem uso da aviação agrícola para pulverizar agrotóxicos em suas lavouras e a prática acaba gerando uma nuvem de agrotóxicos que, levada pelo vento, atinge a comunidade.

Jaqueline me informou que devido a pulverização o número de frutas na comunidade reduziu significativamente, de modo que a “única fruta que temos ainda aqui é jabuticaba, manga e banana” e, ainda, que já chegaram a registrar uma denúncia no Ministério Público.

O primeiro registro de atividade da aviação agrícola no Brasil é de 1947, em Pelotas – RS, a fim de combater uma nuvem de gafanhotos que assolava a região. Em 1950, foi criada a “Junta Executiva de Combate à Broca do Café”, pelo Ministério da Agricultura, e, a partir da década de 1960, o número de aviões importados para a atividade cresceu vertiginosamente, levando ao início da regulamentação da atividade, em 1969, através do Decreto-Lei nº 917/1969 (RIFONA, 2020).

De acordo com Rifona (2020, p. 36), existem algumas regras quanto a aplicação de agrotóxicos com aviões, “não podem ser realizadas operações durante incidência de chuva e deve-se considerar a direção do vento para não atingir outros locais, como por exemplo, fora da lavoura, ou seja, seu ponto focal”. No entanto, não raro, identifica-se situações nas quais ocorre a “poluição difusa”, ou seja, quando apenas uma parte da pulverização atinge o ponto focal e o restante contamina o solo, águas, plantações ao redor e comunidades (Ibid, p. 39), como ocorre na Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos.

**Figura 3** – Fotografia da barreira verde



*Fonte:* SANTOS, Hallyson Antonio Lima dos, 2019.

Segundo a nota técnica sobre o crescimento do uso de agrotóxicos, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em abril de 2020, os relatórios de comercialização de agrotóxicos, apresentados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mostram “[...] que o volume de vendas de agrotóxicos cresceu mais de 2,5 vezes entre 2006 e 2017, saltando de 204,1 mil toneladas para 541,8 mil toneladas de ingrediente ativo [...]” (IPEA, 2020, p. 7), com isso, o Brasil foi alçado ao título de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Das 5.073.324 unidades agropecuárias analisadas pelo Censo Agropecuário de 2017, 36% declararam fazer uso agrotóxicos (IBID, p. 7).

O risco da contaminação de sua produção por agrotóxicos, como descobri, remonta a experiências do passado onde Adir e seus familiares trabalharam como mão de obra nas lavouras dos proprietários rurais vizinhos. Lá, eles aplicavam veneno “de corpo aberto”, sem receber qualquer tipo de EPI e, nessa atividade, alguns de seus familiares se intoxicaram.

De acordo com os dados coletados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), a partir do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica (SNVE), houve 41,6 mil casos de intoxicação por agrotóxicos entre os anos de 2007 e 2017. No primeiro ano foram notificados 2,2 mil casos e, em 2017, o número mais que dobrou chegando a 5,1 mil casos. “[...] Considerando a totalidade dos casos relacionados



de 2007 a 2017, 88% se referem a intoxicações agudas e 42% foram decorrentes de exposição ocupacional” (IPEA, 2020, p. 7).

Adir relembrou discursos sustentados por seus ex-patrões que não admitiam a presença de nenhuma árvore em sua lavoura. Segundo ele, o rio que passa pela comunidade, cujo entorno era utilizado para o plantio de arroz, não só na comunidade, mas em outras propriedades também, teve sua mata nativa devastada a mando dos proprietários rurais. Por conta do desmatamento dessa mata que servia de proteção “aquilo quando chovia, descia o veneno tudo pra água do rio, o veneno que eles usava na plantação”. Um dano que, mesmo com o trabalho de reflorestamento feito pelos moradores da comunidade dentro de seu terreno, não pode ser revertido, pois, como declarou Adir, hoje já não é possível encontrar a mesma quantidade de peixes de outrora.

**Figura 4** – Fotografia do trecho do rio que passa pela comunidade



*Fonte:* SANTOS, Hallyson Antonio Lima dos, 2019.

A iniciativa do grupo de priorizar a utilização de compostagens e os esforços atuais para impedir a contaminação de seus alimentos, bem como do rio que passa pela comunidade, quando somados ao relato das experiências trabalhistas desses quilombolas, são elementos que caminham no sentido de confirmar a hipótese deste trabalho e fazem com que essa comunidade se some a tantos outros Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) que têm de lidar com a prática de monocultivo enquanto atividade geradora de conflito e promotora de desmatamento, insegurança alimentar e intoxicação.



Pode-se observar que a relação humano-natureza estabelecida no âmbito da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos intersecciona os seguintes fatores: (a) ecológico, frente aos esforços para romperem com o modelo de produção capitalista predatório que não enxerga o homem como parte da natureza e, sim, esta última como mero recurso; (b) político, que ganha forma na luta pela demarcação de seu território e nas estratégias de resistência e combate ao racismo ambiental; (c) econômico, pois, dependem em grande medida da comercialização e consumo dos alimentos que produzem; (d) social, na medida em que o grupo mantém viva a memória coletiva que viabiliza a socialização de saberes e a retomada de vínculos outrora perdidos; (e) e espiritual, haja vista o uso que fazem das ervas medicinais em consonância com os saberes tradicionais. Essa capacidade de promoção de saúde física, espiritual e psicológica denota uma cosmovisão africana ressemantizada, nesse sentido, a natureza é vista não só como fonte de sustento, mas como um espaço sagrado que merece ser respeitado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estabelecer uma relação com a natureza que perpassa os aspectos ecológico, político, econômico, social e espiritual, a Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos se configura como um espaço potente não só de resistência ao racismo, mas onde se constrói um modelo alternativo de desenvolvimento, que podemos chamar de etnodesenvolvimento. Mendes (2017), afirma que a autonomia em relação a terra, a autogestão, o fortalecimento da cultura própria e a identidade étnica, permeiam as discussões a respeito do tema. Nessa perspectiva, princípios culturais de determinado grupo são acionados na elaboração do etnodesenvolvimento que Batalla (1982, p. 133) define como

[...] el ejercicio de la capacidad social de un pueblo para construir su futuro, aprovechando para ello las enseñanzas de su experiencia histórica y los recursos reales y potenciales de su cultura, de acuerdo con un proyecto que se defina según sus propios valores y aspiraciones.

Stavenhagen (1985) nos traz que as tradições culturais não devem ser entendidas como um obstáculo para o desenvolvimento e que este deve se orientar para a preservação do meio ambiente, não para sua degradação. O autor segue afirmando que, no que tange à América Latina, o etnodesenvolvimento significa uma total revisão das políticas governamentais.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento capitalista ocasionou mudanças socioeconômicas que modernizaram o setor agrícola e industrial. O desenvolvimento capitalista, por meio do uso massivo de tecnologia, transformou o modo como os agricultores produzem o alimento e alavancou os índices de produtividade, todavia, essa enorme produção não significa uma melhora na prestação de serviços ou no atendimento das necessidades mais básicas do ser humano como o acesso ao alimento, por exemplo. Grande parte dos quilombos, das comunidades indígenas e demais comunidades tradicionais, quando não estão cercadas pelas propriedades de grandes fazendeiros, estão próximas à propriedade de agricultores que fazem uso desse modelo de produção químico-dependente. Como já vimos, essas comunidades arcam diretamente com o impacto causado pelo desmatamento na beira dos rios, com a contaminação da água e do solo pelo uso de agrotóxicos e isso compromete sua principal fonte de renda, os recursos ambientais.

A prática de monocultivo é responsável por inúmeros danos socioeconômicos e ambientais, tais como: a concentração de terra, renda e poder político entre os produtores que disputam os territórios onde vivem e trabalham os povos e comunidades tradicionais; o desemprego decorrente da perda de terras; o assassinato de lideranças do campo, bem como a exploração de mão de obra; o comprometimento da segurança alimentar, na medida em que os produtos não estão diretamente voltados para o consumo humano (produção de ração animal, por exemplo), ou quando o mercado de commodities prioriza a exportação dessas mercadorias para outros países; e, ainda, uma série de problemas ligados à contaminação pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A dimensão do etnodesenvolvimento pensada enquanto uma prática desenvolvida no âmbito da Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos, nos permite perceber como esse espaço rompe com a lógica do desenvolvimento capitalista que se baseia em um extrativismo compulsório.

Essa categoria nos permite pensar a existência enquanto sociedade, enquanto pessoas que ocupam o mesmo território, estabelecem relações dentro dele e, conseqüentemente, com ele; mas também nos permite refletir acerca de nossa existência enquanto ser, isto é, estamos caminhando a passos largos em direção a uma catástrofe ambiental irreversível e precisamos refletir sobre o lugar que ocupamos nesse processo. Esse modelo de desenvolvimento alternativo está diretamente vinculado a um modo de se relacionar com o meio-ambiente que, mais do que uma necessidade, expressa respeito.

Nesse sentido, a dimensão ética de que tanto carece a relação humano-natureza moldada pelo capitalismo pode estar na preservação e consideração dos saberes tradicionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATALLA, Guillermo Bonfil. El etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización. En: América Latina: etnodesarrollo y etnocidio. Ediciones *FLACSO*. San José, Costa Rica. 1982.

CARMO, Maria Edinalva de Oliveira. A relação mulher-natureza na Comunidade de Remanescentes do Quilombo de Fojo, Itacaré – BA. Itapetinga – BA: Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

FELIPE, Delton Aparecido. Patrimônio Cultural Negro no Paraná: A comunidade Quilombola Paiol de Telha. In: *VII CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA* (Anais eletrônicos), Maringá, 2015. p. 3303 - 3315. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1236.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2020.

FLAESCHEN, Hara. A saúde das populações quilombolas do Brasil durante a pandemia e a luta por direitos. *Abrasco*, 2021. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/a-saude-das-populacoes-quilombolas-do-brasil-durante-a-pandemia-e-a-luta-por-direitos/59504/>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

HOFFMANN, Claudia Cristina. Fronteiras de um quilombo em “construção”: um estudo sobre o processo de demarcação das terras da Comunidade Negra Manoel Ciriaco dos Santos – Guairá/PR. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em: <[http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2589/1/Claudia\\_Hoffmann\\_2012.pdf](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/2589/1/Claudia_Hoffmann_2012.pdf)>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Superintendência Regional do Paraná. Parecer SR (09) F4/Nº003/2010 - Parecer técnico sobre relatório antropológico final da comunidade quilombola Manuel Ciriaco dos Santos, objeto de convênio entre INCRA/PR e UNIOESTE/PR. 2010. Disponível em: <[https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo\\_noticia/31077\\_20150706\\_183851.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/noticias/anexo_noticia/31077_20150706_183851.pdf)>. Acesso em: 23 jun. de 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Nota técnica nº 65, de abril de 2020. O crescimento do uso de agrotóxicos: uma análise descritiva dos resultados de Censo Agropecuário 2017. Brasília, 2020. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota\\_tecnica/200429\\_nt\\_disoc\\_n65.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200429_nt_disoc_n65.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LACERDA, Roberto dos Santos; SILVA, Gicélia Mendes da. Reterritorialização, conflitos ambientais e saúde em comunidades quilombolas de Sergipe. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.I.], v. 8, n. 18, p. 239-254, 2016. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/50>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MENDES, João Francisco Alves. Estratégias de etnodesenvolvimento através da agricultura: uma análise das ações de assistência técnica e extensão rural na comunidade remanescente de



Quilombo de Monte Alegre, Cachoeiro de Itapemirim (ES). *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun. 2017, p. 169 a 187.

RIBEIRO, Dandara dos Santos Damas. Comunidade Quilombola Manoel Ciriaco dos Santos: identidade e famílias negras em movimento. Rio de Janeiro: Grupo Multifoco, 2018.

RIFONA, Juliana Ferro. Pulverização aérea de agrotóxicos em lavouras no Brasil: uma análise crítica sobre os riscos à saúde pública e ao meio ambiente. São Paulo, 2020. 56 p. Disponível em: <<https://cetesb.sp.gov.br/escolasuperior/wp-content/uploads/sites/30/2020/11/Juliana-Ferro-Rifona-TCC-T2.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável [Introdução]. Brasília, Ipea, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8038>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

SILVA, Jéssica de Lima da. “Nossa luta é a terra”: construção de uma identidade negra quilombola o município de Guaíra, PR (1960-2014). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2015. Disponível em: <[http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1710/1/Jessica\\_Silva\\_2015](http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1710/1/Jessica_Silva_2015)>. Acesso em: 22 de jun. 2021.

SOUSA, Romier da paixão. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 140, jul. set., 2017. p. 631-648. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/NVYdW7qx7dNfFNC9fS9FQKK/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2021.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico*. Rio de Janeiro, Ed. Tempo Brasileiro, 1985. Disponível em: <[http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario\\_antropologico/Separatas1984/anuario84\\_rodolfostavenhagen.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1984/anuario84_rodolfostavenhagen.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2019.

VILELA, Rodrigo de Oliveira; CAMPOS, Neio Lucio de Oliveira. Os quilombos contemporâneos e a proteção da biodiversidade: aproximação teórico-conceitual. *Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território*, v.5, n.2, p. 42-59, 2014.

*Recebido em: 15/11/2021*

*Aprovado em: 31/05/2022*